



**Prefeitura de Goiânia**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Chefia da Advocacia Setorial

PARECER JURÍDICO Nº 1414/2025

PROCESSO SEI: 25.29.000024431-1

SOLICITANTE: Diretoria de Infraestrutura e Logística/ Gerência de Apoio Administrativo/Alimentação Coletiva

ASSUNTO: Fornecimento de Lanche e Almoço

**Ementa:** Análise jurídica, nos termos do disposto no artigo 3º, inciso XVI da Instrução Normativa nº 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Pregão Eletrônico nº 90031/2025 - SAÚDE. Legalidade Licitatória. **Possibilidade jurídica.**

Cuidam os autos de Contratação de empresa para fornecimento de refeições tipo lanche e almoço, incluindo preparo e distribuição, visando atender os servidores que atuarão nas Ações de Imunização promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante os Dias “D” das campanhas vacinais na modalidade pregão eletrônico, por **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos.

A Comissão Especial de Licitação, mediante o Despacho nº 835/2025, submeteu à apreciação desta Advocacia Setorial o presente procedimento licitatório referente ao **Pregão Eletrônico nº 90031/2025 - SAÚDE**, nos termos do disposto no artigo 3º, inciso XVI da Instrução Normativa nº 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (**evento nº 8631803**).

Os autos foram instruídos com:

- a) Documento de Formalização da Demanda (**evento nº 7269874**);
- b) Estudo Técnico Preliminar – ETP (**evento nº 7269875**);
- c) Termo de Referência assinado pelo Gestor da Pasta (**evento nº 7269985**);
- d) Parecer nº 116/2025 da Gerência de Planejamento e Suprimentos da Rede (**evento nº 7366953**);
- e) E-mails com solicitações de orçamentos (**evento nº 7443267**);
- f) Estimativa de Preços (**evento nº 7443268**, fls. 1/30);
- g) Pedido de Compra nº 242/2025 (**evento nº 7443268**, fls. 31);
- h) Estimativa de Preço do Pedido nº 242/2025 (**evento nº 7443268**, fls. 32/36);
- i) Planilha de Formação de Preço Referencial - Cesta de Preços (**evento nº 7443311**);
- j) Planilha de Preços Referencial Final (**evento nº 7443399**);
- k) Justificativa da Escolha dos Fornecedores para Cotação de Preços (**evento nº 7443449**);
- l) Declaração de Compatibilidade de Preço (**evento nº 7443682**);
- m) Declaração de Formação de Preços (**evento nº 7444050**);
- n) Justificativa do Preço Referencial (**evento nº 7444526**);
- o) Despacho nº 456/2025 da Comissão Especial de Licitação (**evento nº 7444723**);
- p) Solicitação Financeira assinada pelo Gestor da Pasta (**evento nº 7618893**);
- q) Despacho nº 398/2025 da Comissão Especial de Licitação (**evento nº 7655480**);
- r) Despacho nº 3262/2025 com autoriz do Gestor da Pasta (**evento nº 7660379**);
- s) Minuta do edital de licitação Pregão Eletrônico e seus respectivos anexos (**evento nº 7788368**);
- t) Despacho nº 450/2025 da Comissão Especial de Licitação solicitando a emissão de parecer jurídico (**evento nº 7803549**);
- u) Parecer Jurídico nº 1067/2025 emitido pela Chefia da Advocacia Setorial (**evento nº 7809108**);
- v) Parecer Jurídico nº 4693/2025 da Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos – PGM/PAA (**evento nº 8145410**);
- w) Despacho nº 672/2025 da Comissão Especial de Licitação (**evento nº 8254128**);
- x) Despacho nº 833/2025 da Gerência de Compras (**evento nº 8271576**);
- y) Estudo Técnico Preliminar – ETP 1ª Retificação (**evento nº 8314791**);
- z) Termo de Referência 1ª Retificação (**evento nº 8314839**);
- aa) Análise de Riscos (**evento nº 8315258**);
- bb) Despacho nº 308/2025 da Gerência de Apoio Administrativo (**evento nº 8316273**);
- cc) Decretos de Nomeação da Comissão Especial de Licitação (**evento nº 8371853**);
- dd) Edital de Licitação Pregão Eletrônico (**evento nº 8391284**);
- ee) Aviso de Licitação (**evento nº 8391568**);
- ff) Ofício nº 6584/2025/SMS da Secretaria Geral da SMS (**evento nº 8400747**);

**gg)** Publicações Oficiais (**eventos nº 8433029, nº 8433031, nº 8433035 e nº 8433037**);

**hh)** Recibo TCM/GO (**evento nº 8433041**);

**ii)** Homologação TCM/GO (**evento nº 8433047**);

**jj)** Resumo do Ganhador (**evento nº 8597047**);

**kk)** Proposta e Documentação da empresa VERDE SERRANO (**evento nº 8597053**);

**ll)** Despacho nº 821/2025 da Comissão Especial de Licitação encaminhando os autos à **Diretoria de Infraestrutura e Logística**, para análise da proposta e documentação técnica (atestados, registros, licenças entre outros), apresentados pela empresa arrematante e emissão de **PARECER TÉCNICO** fundamentado, quanto ao atendimento do serviço às especificações solicitadas no Edital de Licitação e seus anexos. Informaram que os valores apresentados se encontram dentro da média dos valores estimados no processo (**evento nº 8597077**);

**mm)** Proposta atualizada empresa VERDE SERRANO (**evento nº 8609503**);

**nn)** Parecer Técnico emitido pela Gerência de Apoio Administrativo (**evento nº 8614504**);

**oo)** Termo de Julgamento (**evento nº 8631285**);

**pp)** Mapa de Preços (**evento nº 8631749, fls. 1**);

**qq)** Nota de Pré Empenho nº 2983 (**evento nº 8631749, fls. 2/3**);

**rr)** Despacho nº 835/2025 da Comissão Especial de Licitação (**evento nº 8631803**).

Em síntese, é o relato dos fatos. **Segue o parecer.**

Passo ao **exame do Pregão Eletrônico nº 90031/2025 - SAÚDE** em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 010/2015 -TCM-GO, em seu art. 3º, *in verbis*:

*Art. 3º Os processos referentes aos procedimentos para contratação deverão conter, no que couber:*

*(..)*

*XVI – parecer jurídico detalhado sobre o procedimento licitatório emitido pelo assessor jurídico habilitado;*

**Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica**, partindo da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Presume-se que a Comissão de Licitação verificou a veracidade e a presença de todos os documentos exigidos para a **HABILITAÇÃO dos concorrentes**, **NOTADAMENTE QUANTO À VALIDADE DAS CERTIDÕES APRESENTADAS**, não cabendo ao parecer jurídico verificá-los.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos poderá gerar responsabilidades.

#### **Da Solicitação para abertura:**

Conforme o inciso VI do artigo 3º da Instrução Normativa nº 010/2015-TCM-GO, se faz necessário que haja a **autorização do gestor desta Pasta para início do procedimento licitatório, conforme Despacho nº 3262/2025 do Gabinete do Secretário Municipal de Saúde (evento nº 7660379)**.

#### **Da Habilitação:**

Em obediência ao Edital de referência, **estão acostados, em tese, todos os documentos exigidos para habilitação da empresa vencedora**, o que presume-se que já tiveram sua veracidade atestada pelos órgãos competentes.

#### **Da Participação de EPP e ME:**

A Lei Complementar nº 147/14, que altera a Lei Complementar nº 123/06, torna obrigatória para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos **itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (arts. 47 e 48, inc. I), disciplina:

*Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e **municipal**, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica*

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I - **deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);** grifo nosso*

*III - **deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.***

O Professor e Advogado da União Ronny Charles Lopes de Torres, em sua obra “Lei de Licitações Públicas Comentadas” (10ª ed. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 1161/1162), acerca do tema, nos ensina:

*A Lei Complementar 123/2006 estabelece que a possibilidade de realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como o estabelecimento de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP's, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.*

*Com as alterações firmadas pela Lei Complementar 147/2014, essas licitações exclusivas passam a ser, em regra, obrigatórias. Ademais, a referida Lei Complementar, suplantando anterior divergência interpretativa, em relação ao texto original da LC 123/2006, sedimentou o raciocínio de que, em relação à regra de exclusividade para licitações com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), foi utilizado o “item” como referência, adotando uma interpretação outrora firmada pela Advocacia Geral da União.*

Em relação à ampla participação das empresas, a área técnica justificou que deve prevalecer o princípio da economicidade na presente contratação, haja vista a previsão legal contida no art. 49, inciso III da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que prevê a inaplicabilidade do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando ficar demonstrado que a contratação, por esses meios, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Igualmente, ao se permitir a ampla participação no processo licitatório por parte das empresas, permite-se que até mesmo as grandes empresas possam participar e competir entre si, o que é vantajoso à Administração Pública, pois com isso, e em razão da especificidade do objeto a ser fornecido, os preços praticados são menores do que os ofertados pelas microempresas e empresas de pequeno porte. Dessa forma, entenderam que, na presente contratação, deve ser observado o princípio da economicidade, a fim de garantir que a contratação será vantajosa à Administração Pública, devendo, portanto, o processo licitatório ter participação ampla às empresas que se interessarem pelo feito não limitando a participação de licitantes qualificados como microempresas e empresas de pequeno porte.

#### **Da disputa do certame:**

**Quanto à disputa** do pregão percebe-se que a Administração agiu corretamente, tendo em vista a Ata de Julgamento e Adjudicação do Pregão proferida pela Comissão Especial de Licitação, que discrimina como essa se deu. Demonstrando um cuidado quanto à legalidade e vantajosidade da licitação, que em outras palavras, se consubstancia na finalidade primária do procedimento licitatório.

#### **Da Modalidade escolhida:**

**Quanto à adequação da modalidade escolhida**, percebe-se assertiva a escolha, isso porque os produtos requeridos podem sim ser considerados serviço ou bem comum que, de acordo com o TCU, consistem em produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, encontráveis facilmente no mercado.

Para melhor entendimento, colaciono parte do relatório e voto do eminente Ministro Benjamin Zymler no Acórdão 313/2004 Plenário, “*verbis*”: Tribunal de Contas da União:

*“Tendo em vista o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, acima citado, bem comum é aquele para o qual é possível definir padrões de desempenho ou qualidade, segundo especificações usuais no mercado. Destarte, o bem em questão não precisa ser padronizado nem ter suas características definidas em normas técnicas. Da mesma forma, não se deve restringir a utilização do pregão à aquisição de bens prontos, pois essa forma de licitação também pode visar à obtenção de bens produzidos por encomenda”.* (Relatório do Ministro Relator) grifo nosso

#### **Conclusão:**

Por todo o exposto, e em atenção ao disposto no artigo 53 da Lei nº 14.133/21, observados os aspectos jurídicos/formais do processo, sem adentrar ao conteúdo material da licitação, ENTENDO estarem presentes os preceitos da legislação de compras e licitações vigentes, razão pela qual **OPINO** pela possibilidade jurídica do sequenciamento.

#### **É o parecer, S.M.J.**

Destarte, **encaminhe à Comissão Especial de Licitação**, para prosseguimento.

**Jordão Horácio da Silva Lima**  
Chefe da Advocacia Setorial  
Decreto nº 591/2025

Goiânia, 24 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jordão Horácio da Silva Lima, Chefe da Advocacia Setorial**, em 24/11/2025, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **8634328** e o código CRC **1CD5642C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -  
- Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO

**Referência:** Processo Nº 25.29.000024431-1

SEI Nº 8634328v1